Janeiro 2009

CONTRA CORRENTE

para quem desafia o pensamento único

REDEBRASIL
sobre Instituições Financeiras Multilaterais

QUEM GANHA COM A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA?

(X) os governos
(X) as transnacionais
(X) BID, Banco Mundial, FMI
(X) mineradoras
(X) agronegócio
(X) bancos privados
(X) empreiteiros

- IIRSA e PAC: a floresta e seus povos são obstáculos
- Alfredo Wagner fala do atual paradoxo na região
- A política equivocada do BNDES
- Crise: reformar ou salvar o capitalismo?

Magnólia Said*

Na contra-corrente da hegemonia do capital

Um olhar sobre os quase 15 anos de vida da Rede Brasil, a proposta inicial, suas estratégias, conquistas e desafos na luta pela superação das injustiças

Da decisão de um grupo de organizações da sociedade civil e movimentos que necessitavam de um espaço amplo e diverso de discussão sobre as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) surge a Rede Brasil, no ano de 1995. Esse espaço deveria dar ressonância às denúncias sobre os impactos das políticas e projetos dessas instituições e influenciar os seus sistemas de poder. Abrir canais de interlocução sobre essas instituições com o governo, o parlamento e com elas próprias era um outro objetivo que esta Rede se propunha a realizar.

O entendimento era que a criação de redes nacionais em torno de uma temática específica favoreceria uma mobilização maior da sociedade civil e uma participação mais ativa junto ao governo. A proposta também era influenciar a criação de redes nacionais em outros países com esse mesmo tema e, portanto, uma atuação mais coordenada para enfrentar as políticas das instituições financeiras materializadas nos países do Sul Global, a partir de decisões unilaterais.

Baseada nessa premissa, a Rede se ampliou, demarcou um posicionamento crítico frente às IFMs e à relação, ora de pacto ora de subordinação, dos governos do Sul diante delas. Como conseqüência, tornou-se referência nacional e internacional tanto no debate como na produção analítica sobre a atuação e as políticas dessas instituições. Além disso, tem desempenhado um importante papel na articulação de organizações e movimentos sociais em momentos significativos de suas lutas e resistências.

Arquivo Rede Brasil

Apoiar e subsidiar os movimentos de resistência: uma das prioridades da Rede Brasil

Combinando várias estratégias, como o diálogo, a denúncia, a produção crítica e a mobilização social, a Rede manteve uma agenda sintonizada com as exigências do contexto nacional e internacional. Mesmo em momentos de arrefecimento das forças sociais e crise de projetos políticos, conseguiu sustentar a idéia da importância de termos no País um espaço que complexifique as diferentes formas que as IFMs encontram para se manterem relevantes e atuantes no desenvolvimento dos países, usando a dívida como moeda de troca para regular as suas políticas.

Frutos da experiência

Inicialmente, a Rede considerava que a questão da relação IFMs–governos–sociedade civil estaria resolvida caso essas instituições fossem democratizadas, viabilizando-se uma participação cada vez mais qualificada, tanto dos governos do Sul como das organizações da sociedade civil.

Ocorre que as experiências mostraram que reformas não são capazes de superar vícios de origem, ou seja, a própria constituição dessas instituições – onde países centrais definem o poder de mando através de cotas – impede que elas propugnem por políticas incentivadoras de um desenvolvimento promotor dos direitos humanos e com perspectivas de superação das injustiças.

O recrudescimento das desigualdades - resultado já previsto de políticas de desenvolvimento pautadas na desregulamentação, na liberalização, privatizações e livre mercado, embora criticadas por estrategistas renomados do Banco Mundial - confirmou, na década atual, a impossibilidade de uma aposta na reforma dessas instituições. Começa, então, a se fortalecer no interior da Rede, em conjunto com outras articulações parceiras que tratam de temas correlatos, como o Jubileu Sul, a idéia de rechaço a essas instituições, pela co-responsabilidade na implementação do modelo neoliberal. Outra demanda que ganha força é a necessidade de pautar o debate, em âmbito internacional, a respeito de uma nova arquitetura financeira que incida sobre as assimetrias entre os países, superando o que alimenta a razão da existência dessas instituições: países cada vez mais empobrecidos e dependentes.

Hoje, estamos diante de um contexto bem mais complexo, com novos atores nacionais e internacionais e várias estruturas sendo criadas, num ambiente de disputas por espaços de poder e de liderança entre países.

Essa conjuntura traz outras exigências para a Rede: fortalecer as articulações nacionais e internacionais; qualificar suas associadas; e romper o bloqueio da mídia oficial, demonstrando que as desigualdades que se manifestam no local são resultado de processos decisórios que se constroem em nível global, e que essas instituições têm um papel fundamental nesses processos. Também está colocado para a Rede o desafio de construir uma agenda clara e agregadora que conduza a um avanço na realização do projeto de desenvolvimento que queremos ter.

A colheita compensadora

Nessa perspectiva, fatos e ações importantes têm marcado a trajetória da Rede:

- O primeiro Painel de Inspeção na história do Banco Mundial, liderado pela Rede Brasil, mobilizou a sociedade brasileira e mundial, potencializando outras iniciativas no plano internacional;
- A abertura pública do CAS – Documento de Estratégia de Assistência ao País - incentivou organizações de outros países a exigirem a publicação dos documentos de estratégia do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para seus países;

"Está colocado para a Rede o desafo de construir uma agenda clara e agregadora que conduza a um avanço na realização do projeto de desenvolvimento que queremos ter".

- A denúncia dos limites das salvaguardas ambientais desses bancos levou a uma revisão das suas políticas para o meio ambiente;
- A desmistificação do chamado "Novo Mundo Rural", programa proposto e financiado pelo Banco Mundial desde os anos de 1990 e baseado numa Reforma Agrária de Mercado, foi favorecida pela denúncia da situação de endividamento dos "beneficiários" dessa política;
- O bloqueio do pedido de aprovação de empréstimo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao Banco Mundial, processo que demorou seis meses, propiciando um grande debate público sobre como se constroem os mecanismos de endividamento do País;
- O incentivo e apoio à criação da Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, gerando competências técnico-políticas nas assessorias parlamentares para uma interlocução mais consistente junto ao governo;
- A denúncia pública sobre a proposta de perdão da dívida dos países pobres, por parte do Banco Mundial e BID, obrigando o Banco Mundial a promover um debate (em abril de 2008) com as organizações, em nível global, sobre as diferentes concepções de dívida odiosa e ilegítima;
- E a denúncia da farsa da Ajuda Pública ao Desenvolvimento para os países mais pobres e/ou acometidos por catástrofes ou guerras – uma forma de impor mais abertura desses países à entrada das transnacionais.

Todo esse acúmulo foi fundamental para que nossos esforços hoje estejam voltados para: a construção de uma instituição que possa financiar o processo de integração entre países desde os povos; para uma auditoria global da dívida e dessas instituições; e para um trabalho de alerta aos estados e municípios que estão gerando dívida a partir dos empréstimos diretos com essas instituições.

A referência desses quase 15 anos é o que nos leva a fomentar um debate estratégico sobre o projeto da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Banco do Sul, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a dívida. Esses temas formam o pano de fundo do que se coloca hoje, para o nosso continente, como os desafios a serem superados na construção de um instrumento que, de fato, financie o nosso desenvolvimento com justiça social.

* **Magnólia Said** é advogada, membro do Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria e da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - magnolia@esplar.org.br

Ricardo Verdum*

Financiamento a megaprojetos: novos desafios

A América do Sul se vê diante de novos cenários e uma complexidade que exige um incomum esforço crítico de análise e interpretação da atual realidade da região

Focar a atenção exclusivamente nas clássicas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), não contempla os múltiplos fatores, meios e percursos envolvidos na relação entre financiamento, megaprojetos e a perspectiva neoliberal que orientam as políticas da maioria (se não da totalidade) dos Estados na América do Sul[1]. Não porque estas agências político-financeiras não tenham mais um papel relevante nessa relação; pelo contrário, continuam tendo. O fato é que novos atores políticos e projetos econômico-financeiros são, na atualidade, tão ou mais importantes que essas instituições[2].

Além da Corporacão Andina de Fomento (CAF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um conjunto importante de Instituições Financeiras Regionais (IFRs), que têm a particularidade de estarem nas mãos dos próprios governos latino-americanos, vêm adquirindo uma crescente participação na promoção e no financiamento de projetos de infra-estrutura física (como estradas, hidrovias, ferrovias, gasodutos e usinas hidrelétricas). Em linhas gerais, a ação destas instituições está voltada para viabilizar as condições físicas para o aumento da interdependência econômica em nível regional, impulsionada por acordos preferenciais de integração, em um contexto de abertura e desregulamentação sob o argumento de que irá aumentar a "capacidade competitiva" dos países na economia globalizada. Na prática, isto tem significado gerar condições de maior acessibilidade a diferentes áreas do continente, permitindo a extração de recursos naturais (tais como minérios, petróleo, soja, etc) e facilitado a inserção da produção nos mercados globais.

> **"Uma parcela importante da engrenagem financeira dos megaprojetos na América do Sul que não tem merecido a atenção devida é representada pelos bancos privados."**

Adoção dos preceitos neoliberais

Passados oito anos desde quando foi lançada oficialmente, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) conta com o apoio da maioria dos governos, inclusive daqueles que chegaram ao poder com uma plataforma crítica ao neoliberalismo e à tutela das IFIs. Além disto, os dados publicados pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, em dezembro de 2007, indicam que dos US$ 21 bilhões investidos na carteira prioritária de projetos da IIRSA até então, o BID e a CAF representam respectivamente 7% e 8% dos compromissos totais de financiamento, em comparação aos 62% alocados pelos orçamentos nacionais dos doze países membros da IIRSA e 21% pelo respectivo setor privado. Neste processo, o Brasil fortaleceu sua influência sobre a gestão do BID, onde passou a liderar a vice-presidência com mais poder nesta instituição, a da Divisão de Infra-estrutura, além de diversos postos do alto escalão. De outro lado, o BNDES não só empresta atualmente cerca de oito vezes do total combinado das IFIs por ano como também concede empréstimos fora do Brasil - cerca de US$ 4,2 bilhões em empréstimos de 2007 a 2008.

Outro aspecto que vem chamando a atenção é a expansão empresarial brasileira para os países vizinhos, principal marca do processo recente de transnacionalização do capital brasileiro, em estreita vinculação com a concepção e implementação da estratégia embutida na IIRSA. A crescente presença do capital internacionalizado brasileiro nas economias da região andina vem colocando por terra as expectativas de muitos analistas que, nos países dessa região, acreditaram que, com o governo Lula, os processos de integração poderiam alcançar novas dimensões e superar os conteúdos essencialmente neoliberais que haviam caracterizado os anos de 1990.

As empresas brasileiras de grande porte com atuação global estão presentes na maioria dos países andinos. É o caso dos grupos Petrobrás, Vale (do Rio Doce), Gerdau, Votorantim, Odebrecht e Camargo Corrêa. Um exemplo da expansão empresarial brasileira para os países vizinhos e sua vinculação com a estratégia embutida na IIRSA são as obras das rodovias inter-oceânicas que cortam a Bolívia e o Peru, onde atuam as principais empreiteiras brasileiras, que beneficiam enormemente o setor do agronegócio do Centro-Oeste e Norte do Brasil, o centro industrial instalado no Sudeste brasileiro e as principais cadeias produtivas das transnacionais que operam no continente.

Na Colômbia, a Camargo Corrêa e a Odebrecht receberão, a título de financiamento, US$ 650 milhões do BNDES para a construção da Ferrovia Carare, uma estrada de ferro conectando o altiplano colombiano e o litoral atlântico, destinada a transportar carvão para exportação. Esta estrada deverá ter um ramal para a região de Paz del Rio, onde está instalada uma grande siderúrgica adquirida pelo Grupo Votorantim, que recentemente foi "socorrido" pelo governo Lula da Silva, por intermédio do Banco do Brasil, que assumiu 49,99% do capital acionário do Banco Votorantim.

Furor privado

Uma parcela importante da engrenagem financeira dos megaprojetos na América do Sul que não tem merecido a atenção devida é representada pelos bancos privados. Há muito que ser feito em termos de análise e avaliação sistemática da sua participação na promoção e no financiamento dessas obras. Em setembro passado, por exemplo, o BNDES (em parceria com o BID, o IFC/BIRD e bancos privados) anunciou a criação da Empresa Brasileira de Projetos (EBP). Seu objetivo é estruturar e modelar projetos de infra-estrutura nas modalidades "concessão pública" e "Parceria Público-Privado" no Brasil e na América do Sul. Integram esta empresa os bancos Bradesco, Itaú-Unibanco, Santander, Citibank, Votorantim, Espírito Santo e Banco do Brasil.

Enfim, o tema é complexo e exige um novo esforço crítico de análise e interpretação das transformações havidas na última década nas relações entre financiamento, megaprojetos e neoliberalização na América do Sul.

> **" A crescente presença do capital brasileiro na região andina vem colocando por terra as expectativas de que, com o governo Lula, os processos de integração superariam os conteúdos essencialmente neoliberais"**

---

* **Ricardo Verdum** é doutor em Antropologia Social da América Latina e Caribe, assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e membro da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - verdum@inesc.org.br

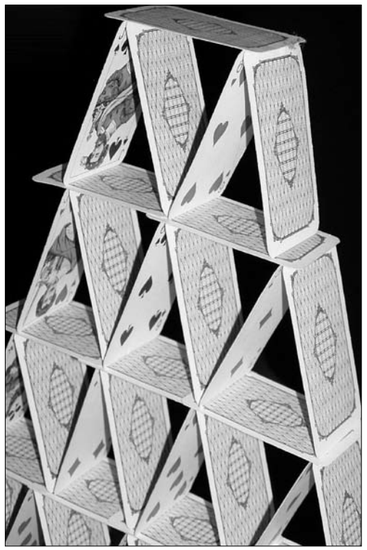
1- David Harvey, em *O Neoliberalismo: história e implicações* (São Paulo, Edições Loyola, 2008), proporciona uma interessante história político econômica da origem do neoliberalismo, forma de organização político-econômica hoje hegemônica no âmbito do capitalismo global.

2- *Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana* (Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2008).

Gabriel Strautman*

Surfando na crise

A crise mundial tirou as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) do buraco. De um déficit de US$ 294 milhões, a previsão para abril de 2009 do FMI, por exemplo, mudou para um lucro líquido de US$ 11 milhões



Como dizem por aí, crise é oportunidade. Isso significa que o caos e o desequilíbrio causados pelas dificuldades, muitas vezes, abrem novas possibilidades e revelam outras opções, até então escondidas. Para os movimentos sociais, organizações e partidos de esquerda, a atual crise financeira mundial, considerada como a pior crise desde a devastadora crise de 1929, oferece uma excelente oportunidade para um profundo questionamento sobre as contradições do sistema capitalista e seus atores, bem como para a rearticulação dos processos de resistência a esse sistema. Porém, a máxima de que a crise abre novas portas é uma faca de dois gumes. Atentos a essa observação, líderes dos países que comandam o capitalismo em escala mundial estão aproveitando a crise para consolidar ainda mais as bases desse sistema, dando maior poder às suas instituições.

Reunidos em Washington, nos Estados Unidos, no final do ano de 2008, líderes de países que integram o G20 apontaram para a necessidade de reformas no sistema financeiro internacional como saída para a crise. Foram discutidas propostas como a conclusão da Rodada Doha de comércio internacional, maior transparência das aplicações financeiras e regulação do sistema, incluindo as agências de avaliação de crédito. Além disso, discutiu-se uma reforma no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, buscando dar maior peso aos países emergentes de forma a "refletir as mudanças na economia mundial".

As coisas, como elas são

Porém, antes de falar em reformas, devemos reconhecer que a estrutura da atual arquitetura financeira mundial reflete as assimetrias de poder existentes nas relações econômicas internacionais. A roleta em que se transformou a economia global nas últimas décadas possui um vício de origem que a faz privilegiar apenas os que já são fortes. Vício esse que não pode ser corrigido, a menos que seja transformado. Isso significa que as instituições que zelam pelo bem-estar desse sistema, como as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), são também as mantenedoras desse vício e, portanto, devem deixar de existir.

Criadas no pós guerra, no que ficou conhecido como Consenso de Bretton Woods, essas instituições deveriam financiar o desenvolvimento – começando pela reconstrução dos países europeus devastados pelas guerras – e zelar pelo bem-estar da economia mundial, evitando, através da regulação e da aplicação de políticas anti-cíclicas, os desequilíbrios e as situações de crise. Décadas mais tarde, o que se viu foi exatamente o contrário. As instituições, que surgiram para proteger o sistema, estavam agora contribuindo decisivamente para o aprofundamento das suas contradições. Através do instrumento político do endividamento público, e a serviço dos países capitalistas do Norte, as IFMs impuseram ao mundo o conjunto de reformas liberalizantes que criou as bases jurídicas e econômicas para a abertura das economias e a transnacionalização do capital, aumentando o risco e a vulnerabilidade do sistema econômico, quando deveriam atuar justamente para evitar as crises.

Lei da ação e reação

Crises são inerentes ao sistema capitalista. A dimensão da atual é uma conseqüência direta do neoliberalismo e das suas instituições. Durante os últimos vinte anos, o intenso processo de desmonte dos Estados levou à liberalização dos mercados e ao fim do controle de capitais, em favor da ganância e do lucro sem lastro na produção. O desenvolvimento de uma sofisticada tecnologia de meios de comunicação, somado às privatizações e às pesadas políticas de ajustes fiscais, permitiu que quantidades cada vez maiores de recursos fossem retirados da esfera produtiva das economias para percorrer o planeta através dos mercados financeiros em busca da máxima valorização. Sofisticados produtos financeiros – como derivativos e títulos securitizados – foram desenvolvidos para reduzir o risco destes investimentos especulativos. No entanto, a crise atual acabou mostrando que o tiro saiu pela culatra, pois o frágil castelo de cartas do sistema financeiro internacional desmoronou.

> **"A roleta em que se transformou a economia global nas últimas décadas possui um vício de origem que a faz privilegiar apenas os que já são fortes."**

Sem se importar em gerar contradições ou em negar seus próprios dogmas, os mercados, afundados pela crise, pediram socorro aos Estados, deixando claro que não se trata de desmontá-los, mas sim de privatizá-los cada vez mais. Quantidades impressionantes de recursos foram canalizadas para o socorro de bancos enquanto os trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro, assolados pelas crises alimentar e climática, e pela aguda recessão, continuam abandonados à sua própria sorte. Assim, fala-se em uma reforma do sistema financeiro e até em um novo "Bretton Woods". Mas a quem servirá isso tudo?

Dívida pra lá e pra cá

Fazendo valer a idéia de que crise é oportunidade, ao longo dos últimos meses, instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o FMI apressaram-se em anunciar que estão prontos para conceder, de maneira ágil e desburocratizada, empréstimos para os países afetados pela crise. Diante disso, o FMI, por exemplo, acaba de rever a previsão para o fechamento de suas contas em 2009: em vez de um déficit de US$ 294 milhões, a perspectiva agora é de que o período seja fechado com um lucro (renda líquida) de pelo menos US$ 11 milhões, que poderá ser ainda maior caso a crise financeira se agrave. Logo, a saída apontada por estas instituições para a crise é um novo ciclo de endividamento dos países, ou seja, o mesmo remédio que no passado levou à redução do papel dos Estados na economia e ao aprofundamento do fundamentalismo dos mercados.

Parece que ainda somos incapazes de enfrentar a causa real das falhas do sistema capitalista: sua própria lógica. Somos incapazes ou não queremos enfrentar essa discussão? Manter intacto o atual sistema econômico, orientado para o processo de mundialização das finanças, significa proteger os interesses dos que dele se beneficiam. Na atual conjuntura política e econômica, apenas falar em reformas e recuperação da atividade econômica como meios de superação da crise é inútil.

É preciso ir além e questionar as bases do capitalismo e de suas contradições pois, se não há lugar para todos e todas à sombra do sistema capitalista, é nossa responsabilidade ética imaginar e construir um novo sistema que elimine as diferenças, ao invés de aumentá-las.

> **" Manter intacto o atual sistema econômico, orientado para o processo de mundialização das finanças, significa proteger os interesses dos que dele se beneficiam."**

***Gabriel Strautman** é economista e secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – gabriel@rbrasil.org.br

Carlos Tautz*

A Amazônia como alvo principal

Após o protagonismo da Alca, a IIRSA, sorrateiramente, se afirma como principal projeto expansionista para a América do Sul. Com a tutela e o dinheiro do BNDES, objetiva a exportação das riquezas da região

Promovida pelo Estado brasileiro como a alternativa que levaria o Brasil e toda a América do Sul a encontrarem seu espaço específico na geopolítica internacional, a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), aos poucos, mostrou a sua essência. Ao propor a construção de rodovias, hidrovias, hidrelétricas e a normatização do comércio entre as nações, este projeto evidenciou que o uso do termo "integração", evocador dos melhores sentimentos de solidariedade entre os povos, não passava de cortina de fumaça que esconde o projeto expansionista de atores econômicos brasileiros, financiados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre os recursos naturais brasileiros e dos nossos vizinhos sul-americanos.

Criada durante a onda neoliberal dos anos de 1980 e 1990, a IIRSA se inicia em 2000 sob o governo do presidente Fernando Henrique e se confirma desde 2003 com o mandato de Lula da Silva. A Iniciativa tem como alvo principal a Bacia Amazônica, onde se localizam os maiores dos seus mais de quinhentos projetos. São obras com capacidade de reorganizar o território, desprezando culturas, direitos e o equilíbrio socioambiental. O alvo principal da IIRSA é dotar a Amazônia de infra-estrutura econômica de tal modo que ela seja transformada em uma grande plataforma de fornecimento de insumos básicos, no campo da energia e da alimentação, para centros consumidores nos Estados Unidos, zona do Euro, China e Japão.

"O BNDES vai conceder ao Complexo Madeira o maior financiamento da sua história e cobrará por ele taxas comparáveis àquelas cobradas de projetos sociais sem fim de lucro."

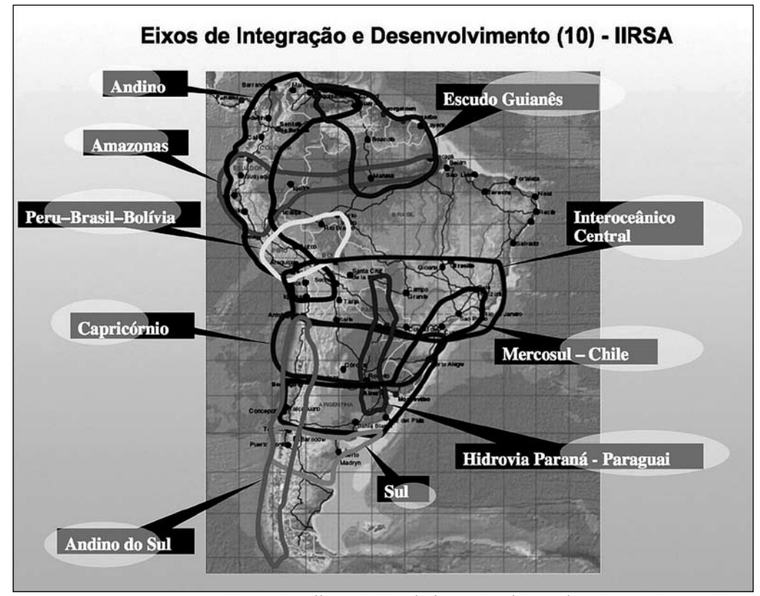
São, exatamente, 514 projetos de transporte, energia e comunicações, como consta na página www.iirsa.org. Eles se dividem em 47 grupos de projetos orçados em US$ 69 bilhões, mas há aqueles "especiais", merecedores de melhores condições de crédito e de atenção institucional redobrada para a legislação ambiental. É a chamada Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, constituída por 31 projetos estimados em US$ 10,2 bilhões.

Recursos públicos, lucros privados

A IIRSA é formalmente coordenada técnica, política e financeiramente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas, como boa parte de seus projetos envolvem a porção brasileira da Bacia Amazônica, tem o decisivo aporte financeiro do BNDES.

Este Banco tem, por exemplo, apostado todas as suas fichas na construção das obras consideradas peças-chave da Iniciativa: as usinas Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Somente a construção destas duas usinas, sem considerar o custo das eclusas e da linha de transmissão, foi orçada em mais de R$ 20 bilhões, segundo divulgou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril de 2007. Antes mesmo de qualquer avaliação da viabilidade econômica e socioambiental do projeto, o BNDES assumiu o compromisso de financiar 80% da obra em conjunto com fundos de pensão de estatais (a maioria dos quadros nas suas direções é indicada pelo governo brasileiro).

As usinas do Madeira são um laboratório em que os agentes econômicos internacionais, com predominância dos brasileiros, tentam estabelecer novos marcos de desrespeito à legislação ambiental e de amplo favorecimento financeiro às empresas envolvidas nos projetos. São uma espécie de cabeça de ponte para estabelecer novos parâmetros de atuação do Estado, que tende a suavizar suas obrigações regulatórias.



Fonte: http://www.foei.org/es/campaigns/finance/iirsa-integracion-en-riesgo

Investimento alto, sem garantia

Apesar do projeto conter riscos graves, de vários tipos, o BNDES vai conceder às obras o maior financiamento da sua história e cobrará por ele taxas comparáveis àquelas cobradas de projetos sociais sem fim de lucro. A modalidade de financiamento escolhida, o *project finance*, faz com que o Banco passe a depender de uma receita que não está garantida. Qualquer atraso no pagamento do empréstimo afetará a rentabilidade e, devido à escala dos valores envolvidos, a própria reputação do BNDES como ente público de financiamento do desenvolvimento. Na prática, a rentabilidade do projeto dependerá de eventuais antecipações da entrada em operação das usinas e da colocação de grandes blocos de energia no mercado livre.

A IIRSA também está subliminarmente vinculada à adormecida Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Planejada para tornar as Américas um território econômico livre, a Alca seria apenas um acordo legal. Para ser real, concreto, precisaria de dois complementos que estrategicamente seriam fornecidos pela IIRSA: uma base física sobre a qual transitassem as *commodities* e uma legislação aduaneira comum. É sintomático que o congelamento da Alca – originado de um amplo desacordo interno entre as forças que a apoiavam, além de uma conjuntura eleitoral adversa na América Latina – tenha se dado em paralelo a uma aparente maré de baixa da IIRSA.

Antes, os defensores desta última realizavam audiências sem grandes divulgações (pelo menos duas delas nos subsolos da sede do BNDES, no Rio de Janeiro). Mas, hoje, sequer isso acontece, evidenciando que, à medida que o escopo verdadeiro dos projetos vem à tona, nem a utilização do simpático epíteto "integração" é mais suficiente para esconder a verdadeira intenção da IIRSA: extrair em escala nunca antes vista os recursos naturais da América do Sul e, principalmente, da Bacia Amazônica. Nem que para isso seja necessário criar amplos territórios econômicos, internos às nações da região, com sua própria institucionalidade e conectados diretamente ao mercado internacional, sem qualquer vínculo de solidariedade entre as demais regiões dos países em que se localizam.

" A verdadeira intenção da IIRSA: extrair em escala nunca antes vista os recursos naturais da América do Sul e, principalmente, da Bacia Amazônica."

A IIRSA continua bem e a Alca não está derrotada. Ela pode renascer a qualquer momento.

***Carlos Tautz** é jornalista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) - tautz@ibase.br

Verena Glass

Carvão vegetal retirado da floresta alimenta os fornos das empresas de ferro gusa: a morte da Amazônia gera lucro para o mercado de *commodities*

preendimento na Amazônia. A Serra do Navio tem a sua área preservada. Ninguém pergunta de onde sai o carvão para alimentar os fornos das empresas de ferro gusa. Trata-se de carvão vegetal, e ele é retirado da floresta, na grande maioria dos casos. Com a crise, a oportunidade de evidenciar de que auto-sustentabilidade estamos falando, aumenta. Que desenvolvimento é este? O castelo de cartas está caindo e a curto prazo vai provocar algumas percepções diferentes.

De que modo a atual estratégia do agronegócio impacta na desterritorialização das comunidades?

Há uma visão economicista que prevalece e precisa ser relativizada. Por que não desenvolver uma ágil política de reconhecimento para os castanheiros, seringueiros, quilombolas, peconheiros? Quando tentam operacionalizar os procedimentos de reconhecimento imediato, não existem mecanismos ágeis. Como instituí-los nesta quadra adversa ao mercado de *commodities*?

Por outro lado, não se pode parafrasear Guimarães Rosa, dizendo que "é a hora e a vez dos povos e comunidades tradicionais". Afinal, os mecanismos de grilagem continuam reconhecidos sem maior contestação. O que não vale para a comunidade tradicional que está ocupando e tem a posse permanente de seu território há séculos, vale para o latifundiário que veio de fora há alguns anos, desmatou e fez um imenso pasto, pensando em vendê-lo para um sojicultor.

Vale dizer que todos os grupos na Amazônia estão mudando de estratégias. Os bancos, as agências multilaterais, as ONGs e os governos. Os efeitos da crise sobre o mercado de terras estão vivos. Trata-se do tema da ordem do dia. Aliás, as próprias ONGs ambientalistas incorporaram a questão da regularização fundiária. Se apresentam na discussão como os novos especialistas em regularização fundiária, ao lado do BIRD [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento]. Já os movimentos sociais, que há décadas têm nos conflitos agrários uma tragédia cotidiana, passam a olhar com cautela essas mudanças burocráticas e administrativas e a recusar os padrões da nova tutela, inclusive o da delegação de se falar em nome deles.

Os agrocombustíveis representam uma ameaça à floresta Amazônica e aos seus povos?

Plantations de palmáceas, como na Malásia, já constituíram o modelo do dia. Como política não lograram êxito. Por outro lado, onde há movimentos sociais não houve discussões mais aprofundadas. Apenas de babaçu, são 18 milhões de hectares no Brasil. Adicionando-se as extensões de outras palmáceas, das quais se pode produzir óleos vegetais, tem-se uma vasta região com comunidades extrativas que potencialmente podem ser mobilizadas e dispor seus produtos diretos. Por que não se abre uma ampla discussão sobre a viabilidade da produção de agrocombustíveis?

María José Romero*

50 anos financiando a desigualdade

O BID completa bodas de ouro. No entanto, não há muito o que comemorar. Banco contribui para a implementação de políticas que aumentam a desigualdade social e a injustiça

Segundo o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vigente desde 30 de dezembro de 1959, o objeto da instituição é "... contribuir para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros em via de desenvolvimento...". No entanto, as funções desenvolvidas por este Banco foram muito além da assistência econômica e da promoção do investimento de capitais públicos e privados. Ao longo de meio século, o BID realizou ações de incidência em políticas econômicas, trabalhistas, fiscais e de comércio exterior que não alcançaram os objetivos esperados, além de terem contribuído para a reprodução das desigualdades em nosso continente.

Em suas próprias publicações, o BID afirma que "... trabalha diretamente com os países para combater a pobreza e fomentar a eqüidade social por meio de programas adaptados especificamente à conjuntura local...". Através da divulgação de indicadores, o Banco tenta mostrar parte deste trabalho realizado, mas como sustenta o escritor argentino Jorge Luis Borges, "a publicidade é curiosa, já que é a arte de fazer crer como verdade o que o outro diz sobre si mesmo".

Por esta razão, as organizações da sociedade civil procuram passar a limpo os indicadores oficiais para chamar a atenção sobre as deficiências e o baixo grau de cumprimento de seus objetivos propostos.

É evidente que a redução da pobreza, tão propalada pelo BID, não foi alcançada. Mais ainda, a desigualdade na América Latina apresenta índices alarmantes, com os níveis mais altos de desigualdade de renda do mundo. Nesta região, a renda per capita dos 10% mais ricos supera, em muitos países, cerca de 20 vezes ou mais a renda dos 40% mais pobres.

Por um modelo justo

Dessa maneira, acreditamos que o 50º aniversário do BID é um marco importante para evidenciar o fracasso do modelo de desenvolvimento promovido por esta instituição e para a apresentação de alternativas construídas pelos povos da América, tendo como objetivo a promoção efetiva do seu bem-estar. Neste sentido, um grupo de organizações da sociedade civil tomou a decisão de organizar um encontro popular paralelo à Assembléia de Governadores do BID, que se realizará de 27 a 31 de março, em Medelín, na Colômbia. O evento terá três eixos principais: (i) a crise financeira; (ii) as mudanças climáticas; e (iii) os direitos humanos, em particular os direitos sociais e ambientais, bem como os direitos da natureza.

Essa campanha é formada pelas seguintes organizações: Bank Information Center (BIC); Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (Ilsa); National Alliance Latin American Caribbean Communities (NALACC); Instituto Popular de Capacitación (IPC); Grupo Semillas; Red de Educación Popular entre Mujeres (Repem); Instituto del Tercer Mundo (IteM); M´Biguá. Ciudadanía y Justicia Ambiental; Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CEDHA); Corporación de Gestión y Derecho Ambiental (Ecolex); e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Ela representa uma convergência de iniciativas que buscam a transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento, já em crise. A participação ampla, ativa e engajada de ativistas, acadêmicos, artistas, parlamentares e funcionários de governos progressistas é imprescindível para fazer frente às ações programadas pelo BID e pelo governo da Colômbia nessa celebração.

* **María José Romero**, cientista política e pesquisadora do Monitor de IFIs en América Latina/ Instituto del Tercer Mundo (IteM), no Uruguai - majo@item.org.uy

Patrícia Bonilha*

Fundo Amazônia: mais do mesmo ou um instrumento para a justiça?

A complexidade da realidade Amazônica impõe desafios grandiosos ao BNDES. Para que o Fundo cumpra o seu papel, é fundamental que o Banco priorize as populações tradicionais – o que não tem sido feito até agora

Criado no dia 1º de agosto de 2008, com o objetivo de "captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico", o Fundo Amazônia ainda não disse a que veio.

Naquele dia, na presença do presidente Lula, o governo que ele comanda anunciou que o Fundo pretende arrecadar US$ 1 bilhão no seu primeiro ano e que já teria a sua primeira doação confirmada: US$ 100 milhões, do governo da Noruega. A responsabilidade de gerenciar as contribuições, que podem ser tanto nacionais como internacionais, ficou sob a responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia foram definidos em duas reuniões do Comitê Orientador, realizadas nos meses de outubro e novembro. No entanto, apesar da pressa do governo federal, o BNDES não deu ainda seguimento público ao Fundo. A postura ansiosa do governo, de querer que os recursos sejam aplicados ainda no ano de 2009, pode ser comprendida pelo fato de que quanto antes mostrar serviço e resultados, mais cedo poderá conseguir outras doações internacionais para o Fundo.

Verena Glass

Priorizar a resistência dos povos tradicionais: um desafio colossal para o BNDES

No entanto, considerando a infinidade de questões que precisam ser cuidadosamente analisadas, este "atraso" pode ser positivo. "Pessoalmente, acho importante que este processo vá devagar. Se o governo quer construir este Fundo com um relativo consenso e com instrumentos sólidos de avaliação, não pode definir tudo de uma hora para outra", afirma Jean Pierre Leroy, suplente da vaga ocupada pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) no Comitê. Segundo ele, "o Comitê Orientador definir diretrizes e critérios é uma coisa, o BNDES concretizar essas orientações no seu plano de gestão do Fundo é outra coisa". Ele afirma que uma comissão técnica, composta por cientistas e especialistas, foi formada para fornecer informações técnicas necessárias para o Comitê, mas que até agora seus membros (ou pelo menos ele) não receberam estes relatórios e, "sem essas informações, não é possível avançar".

Verena Glass

O maior objetivo do Fundo Amazônia é zerar o desmatamento, mantendo a floresta em pé: a defesa do bioma é de interesse de todos os brasileiros

Complexidade a ser enfrentada

Na opinião de Leroy, dois dos maiores desafios que se colocam para o Fundo são os seguintes: primeiro, ele tem que ser bem orientado. "Gerido por um banco, o Fundo pode apresentar uma face muito técnica, até economicista. Não é ruim em si que tenha exigências estritas. No entanto, se não privilegiar a capilaridade e o apoio às iniciativas de resistência das populações tradicionais, movimentos indígenas, extrativistas, como as castanheiras e os seringueiros, e os pequenos produtores, terá falhado em cumprir o seu objetivo principal, o de manter a floresta em pé". Ele avalia que o segundo desafio é que, no caso do Fundo realmente funcionar, ele não poderá atuar como uma cortina de fumaça. "Frente a alguns milhões de dólares, terá que atuar em um contexto de ampla diversidade de ocupação da Amazônia pela pecuária, soja, agrocombustíveis, etc, de modo a não ser um álibi para a continuidade da destruição da floresta e a expulsão de seus povos, que esta ocupação causa", explica.

O fato de que o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, formado por governos federal e estaduais e sociedade civil, não tem a atribuição de definir quem receberá os recursos, somado à atual política de financiamento do BNDES, é motivo de preocupação de Gabriel Strautman, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. "O BNDES claramente privilegia o financiamento das grandes empresas transnacionais, como a Vale, a Aracruz, JBS, Petrobrás, e empreendimentos impactantes, como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Seus quadros técnicos não têm experiência de trabalho com as populações de base. Então, questionamos como estes recursos do Fundo Amazônia chegarão lá na ponta, onde eles precisam chegar", afirma.

Tanto Leroy como Strautman ressaltam a importância de que o monitoramento realizado pela sociedade civil ao Fundo Amazônia seja bastante rigoroso. Para que esse acompanhamento se concretize, com bases reais, é essencial que o Banco disponibilize todas as informações de forma acessível a todos os grupos sociais, através da internet, por exemplo. Até porque, ao contrário do que acontece em relação aos seus financiamentos, no caso do Fundo Amazônia, o Banco não pode alegar a questão do sigilo bancário. "A defesa da Amazônia e de seus povos é uma questão de interesse público de todos os brasileiros", avalia Strautman.

***Patrícia Bonilha** é assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – patricia@rbrasil.org.br

Fabrina Furtado*

Salvando o planeta ou o capitalismo?

A prática das Instituições Financeiras Multilaterais é oposta ao seu discurso também em relação à crise climática. Diante de uma realidade preocupante, elas criam oportunidades para lucrar mais e mais

Em novembro de 2008, o presidente da Bolívia, Evo Morales, escreveu uma carta aberta intitulada ¨Mudanças Climáticas: é preciso salvar o planeta do capitalismo¨. Nela, Morales expressa as demandas e preocupações de muitos povos, movimentos e organizações em torno da crise climática e das decisões sendo tomadas por aqueles que se intitulam "nossos líderes". Quando uma das principais soluções apontadas é fortalecer o papel de Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) – como o Banco Mundial –, fundamentais na elaboração e implementação das mesmas políticas responsáveis pela crise, não há como não questionar se o objetivo é salvar o planeta ou o capitalismo.

A sobre-exploração dos recursos naturais e o sobre-consumo, principalmente pelos países do Norte, são as causas das mudanças climáticas. Como resultado das atividades humanas, mudanças extremas no clima, secas e enchentes, diminuição da produtividade agrícola, perda de espécies e destruição de ecossistemas, aumento no nível do mar, o desaparecimento de territórios, o severo aumento de refugiados ambientais e outros conflitos sociais podem vir a fazer parte do nosso cotidiano, caso transformações radicais não sejam implementadas já.

A estiagem na Amazônia em 2005 – região que detém mais de 20% da água doce da Terra –, que atingiu mais de 250 mil pessoas nos estados do Amazonas e do Pará, é um claro exemplo desta presente ameaça[1]. No entanto, como se já não bastasse a água, a terra e as culturas tradicionais serem convertidas em mercadoria, agora, até o aquecimento global virou negócio. E um lucrativo negócio.

Nilo D'Avila

O IFC, do Banco Mundial, financia a principal fonte de desmatamento no Brasil: a pecuária

Contradições que se repetem

Falsas soluções, como o mercado de carbono, os agrocombustíveis, as hidrelétricas e a energia nuclear, estão sendo cada vez mais promovidas. Os que mais contaminam não estão interessados em cumprir com os poucos compromissos assumidos. Até 2006, as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEF) aumentaram em torno de 9,1% em relação aos níveis de 1990[2]. Além disso, as propostas apresentadas priorizam mecanismos de mitigação e adaptação que, no fundo, evitam reduções reais nas emissões e abrem caminho para mais negócios. Um dos líderes deste processo é o Banco Mundial.

Historicamente, este Banco tem sido um dos maiores financiadores de grandes hidrelétricas, termoelétricas, do agronegócio, de projetos de combustíveis fósseis e da privatização do setor de energia; todos que, de uma forma ou outra, contribuem para o aquecimento global. O Banco continua investindo entre US$ 2 a US$ 3 bilhões por ano em projetos de energia responsáveis por emissões de GEF. Embora a "Análise das Indústrias Extrativas", realizada pelo próprio Banco Mundial, tenha recomendado, em 2004, que "o Grupo Banco Mundial deve reduzir gradualmente investimentos na produção de petróleo até 2008", em 2007, seu apoio financeiro para projetos de combustíveis fósseis, na verdade, aumentou. Por outro lado, no ano fiscal de 2006, os empréstimos do Banco para projetos de energia renovável representavam menos de 4% dos seus US$ 4,4 bilhões de empréstimos para o setor de energia[3].

Um exemplo na Amazônia

As emissões de GEF resultantes do desmatamento representam 20% das emissões globais e no Brasil 75% das emissões nacionais. Enquanto a principal fonte do desmatamento no Brasil é a pecuária extensiva, a Corporação Financeira Internacional (CFI), braço do Banco Mundial que financia o setor privado, aprovou, no início de 2007, um empréstimo de US$ 90 milhões para o frigorífico Bertim com o objetivo de dobrar a capacidade de abate anual em Marabá (PA) e expandir suas atividades em Rondônia e Mato Grosso[4]. Ou seja, a CFI está financiando a emissão de CO2 resultante do desmatamento e de metano proveniente da criação de gado.

No entanto, o Banco Mundial continua declarando suas preocupações em torno das mudanças climáticas e lidera o lucrativo mercado internacional de carbono. Antes de lançar o Fundo de Investimento para o Clima, em julho de 2008, o Banco já administrava dez diferentes fundos globais totalizando mais de US$ 2 bilhões, em nome de 16 governos e 64 empresas privadas, com um lucro de 13% sobre cada transação[5].

Os primeiros projetos de comércio de carbono – como captação de metano de depósitos de lixo tóxico e seqüestro de carbono a partir de plantas geneticamente modificadas – resultaram em grandes lucros para empresas dos respectivos setores e comissões para o Banco Mundial. Por outro lado, eles têm demonstrado eficiência limitada em reduzir as emissões, além de resultar em outros problemas socioambientais.

Tais projetos, que fornecem às corporações "o direito de poluir", não resultam em modificações nas práticas de produção e consumo necessárias para lidar com o problema de forma estrutural. Agora, o Banco será o administrador – o que significa mais empréstimos - de mais de US$ 50 bilhões. Este valor será destinado aos países do Sul para que se adaptem às mudanças climáticas. Em outras palavras, mais dívida externa ilegítima, mais condicionalidades, mais lucro para as transnacionais do mercado e um aumento da dívida ecológica e social que o Norte já deve ao Sul.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também já incorporou as mudanças climáticas nos seus discursos. No entanto, outra vez, o caminho entre o discurso e a prática é longo. O BID já está, por exemplo, incorporando nos seus planos e projetos a condição do país incluir um fundo para cobrir os riscos climáticos. Dessa forma, além de não proibir, ou pelo menos evitar, os riscos climáticos, qualquer risco é coberto pelo tomador do empréstimo e não pelo Banco.

Uma crise leva à outra

Com uma contribuição inicial de US$ 20 milhões, o BID lançou, em agosto de 2007, o Fundo de Energia Sustentável e Mudança Climática, voltado principalmente para o financiamento dos agrocombustíveis e das iniciativas de mitigação e adaptação[6]. A produção dos agrocombustíveis, a serem utilizados nos carros dos países do Norte, ocorre à custa do aumento de preços dos alimentos e, assim, da soberania alimentar, em um contexto em que já se vive uma grave crise de alimentos. Quando ocupam áreas de cultivo, expulsando a agricultura familiar, destroem terras que são sumidouros de carbono, como as florestas.

Da mesma forma, os projetos de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os ¨desafios macroeconômicos, fiscais e financeiros das mudanças climáticas¨ são acompanhados de condicionalidades que violam o direito soberano dos povos de determinarem seu próprio futuro.

Os ¨nossos líderes¨ deveriam reconhecer os países do Sul como credores de uma vultosa dívida ecológica e garantir reparações e restituições pelos crimes climáticos cometidos. Enquanto 90% das emissões de carbono provêm das corporações e dos países do Norte, as populações que mais sentem as conseqüências estão nos países do Sul. Os culpados por tais crimes devem ser responsabilizados, e não fortalecidos. Os projetos e programas orientados a tratar da crise climática devem ser pagos pelos governos do Norte, pelas corporações e pela elite global, não pelos povos.

No fundo, a única solução real é atacar as causas estruturais das mudanças climáticas. Como disse o presidente Evo Morales: ¨as mudanças climáticas têm colocado toda a humanidade frente a uma grande disjuntiva: continuar pelo caminho do capitalismo e da morte, ou construir o caminho da harmonia com a natureza e o respeito à vida.¨ Que caminho vamos escolher? Se o clima continuar nas mãos das IFMs, já sabemos a resposta.

* **Fabrina Furtado** é economista e secretária executiva da Rede Jubileu Sul – fabrina@jubileesouth.org

1- DE SOUZA BRAGA, Osvaldo e ZANCHETTA, Inês. Seca na Amazônia: Alguma coisa está fora da ordem. Outubro, 2005. Disponível em: http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1654/seca-amazonia

2- MORALES, Evo. Salvamos al planeta del capitalismo. Novembro, 2008 Disponível em: http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=3749

3- SEEN. How the World Bank Energy Framework Sells the Climate and Poor People Short. Setembro, 2006. Disponível em http://www.seen.org/.

4- IFC. Latin America & the Caribbean: Project Information. 2007. Disponível em http://www.ifc.org/ifcext/lac.nsf/Content/Project+Information.

5- WORLD BANK. Carbon Funds and Facilities. Available in http://carbonfinance.org/Router.cfm?Page=Funds&ItemID=24670.

6- BID. Fundo de Energia Sustentável e Mudanças Climáticas do BID apóia esforços do Brasil e Estados Unidos para promover biocombustíveis na América Central e Caribe. Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.iadb.org/NEWS/detail.cfm?language=Portuguese&id=4371

Juana Camacho*

Em dívida com a Amazônia

Credores de uma monstruosa dívida ecológica e histórica, a Amazônia e seu povos são cada vez mais ameaçados por um modelo que prioriza o superenriquecimento de alguns e é baseado no desperdício

Nilo D'Avila

As monoculturas do agronegócio transformam a floresta em um "deserto": modelo baseado no consumo e na produção excessivos

Verena Glass

Povos da floresta, como os indígenas, defendem a Amazônia: credores de dívida histórica

A constatação da existência da dívida ecológica é um instrumento de resistência para as comunidades empobrecidas do planeta contra as iniciativas de pilhagem e apropriação dos bens comuns por parte das elites locais, regionais e globais. Este conceito específico de dívida incorpora os conflitos ecológicos distributivos que a sociedade, baseada na acumulação capitalista, tem causado ao mundo, e dos quais são vítimas as comunidades empobrecidas do planeta. Estes conflitos incluem o intercâmbio ecológico desigual, resultado dos custos não pagos e dos passivos ambientais, a biopirataria e a dívida de carbono[1]. Todos esses elementos têm acumulado uma dívida com o mundo e com seus verdadeiros credores, os povos que têm vivido em harmonia com o planeta.

Um dos principais mecanismos para a acumulação desta dívida ecológica tem sido os programas e políticas desenvolvidas para sustentar um modelo de "ilhas de privilégio, economias de desperdício e indústrias da barbárie"[2], baseados no consumo e produção excessivos e na concentração do poder econômico e político. Esses programas têm sido impostos principalmente através das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), utilizando o endividamento como principal instrumento para o saque, a apropriação e a degradação dos bens comuns.

Um dos territórios mais vulneráveis à apropriação e ao saque por parte do interesse capitalista é a Amazônia. Há muito tempo, os povos indígenas e as comunidades dependentes da floresta vêm defendendo a região do afã devastador do capital, que pretende apropriar-se de toda a biodiversidade da floresta e dos conhecimentos construídos por seus povos durante milhares de anos.

Ganância histórica

Incontáveis também têm sido as feridas que as empresas multinacionais, governos e Instituições Financeiras Internacionais têm causado a esse território e que se convertem em dívida ecológica: desde os seringais na Colômbia no início do século XIX, quando a "produção-especulação" de José Antonio Ocampo[3] chegou à floresta Amazônica para satisfazer a febre inglesa do recém-inventado automóvel – que 100 anos depois nos coloca em meio à pior crise ecológica planetária – até o drama do Equador em sua luta contra as multinacionais petroleiras que, do mesmo modo que os antepassados ingleses, destroem a floresta na região de Sucumbíos para matar a sede dos países viciados em petróleo, matar a água, matar a floresta e matar a sua gente.

Os principais países da Bacia Amazônica acumularam em 2007 aproximadamente US$ 340 bilhões em dívida externa[4], sendo que Colômbia e Brasil são os maiores devedores. Muitos destes recursos têm sido dirigidos para promover políticas de internacionalização da economia, de fortalecimento do modelo agroexportador e de competitividade, que redundam em projetos como a expansão da indústria de grãos no Brasil, a construção de mega represas na Amazônia boliviana e a ampliação da infra-estrutura na Colômbia para expandir plantações de agrocombustíveis ou para incluir a floresta no mercado de carbono.

Assim, esses empréstimos são utilizados para satisfazer os caprichos das sociedades opulentas que ostentam o título de centros de poder, e não para melhorar a qualidade de vida de nossas comunidades. Eles são duplamente prejudiciais: ferem a Amazônia, gerando dívida ecológica e acumulando dívida histórica –, sendo as duas incomensuráveis, e, ao mesmo tempo, saqueiam nossos povos, exigindo o pagamento de dívidas ilegítimas que foram inventadas para nos obrigar a entregar os nossos tesouros.

A Bacia Amazônica é uma das poucas riquezas que ainda mantém sua integridade cultural e biológica, mas está cada vez mais ameaçada pelo fantasma do roubo, da degradação e da apropriação privada mediante instrumentos como o endividamento e as condicionalidades das "economias do desperdício".

***Juana Camacho** é economista, mestranda em Ambiente e Desenvolvimento e colaboradora da Campaña Nacional En Deuda con los Derechos, na Colômbia - jcamachoo@gmail.com

1- Roa Tatiana, Navas, Luisa (Eds.) 2001, Una exigencia del Sur: Reconocer la deuda ecológica. Censat Água Viva. Bogotá

2- Borrero, José María, 1994, Deuda ecológica: arqueología y sentido de un concepto. Disponível em www.deudaecológica.org

3- Ocampo Jose Antonio, 1984, Colômbia e a economia mundial, S. XXI Editores. Bogotá

4- Em Quaterly Debt Statistics, em www.worldbank.org, janeiro de 2009

REDEBRASIL
sobre Instituições Financeiras Multilaterais

A teia que sustenta a Rede somos nós!

Atualmente, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais reúne mais de oitenta organizações e movimentos sociais com o objetivo de monitorar, incidir e divulgar ações de agentes financeiros como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O objetivo geral da Rede Brasil é ser articuladora da sociedade civil brasileira, através de suas representações, para que atuem como sujeitos na elaboração e execução das políticas públicas e no acompanhamento de ações pontuais do setor privado, garantindo, principalmente, os interesses da sociedade frente às Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) e às agências de fomento, como o BNDES.

ORGANIZAÇÕES MEMBROS DA REDE

Norte
Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins (Apa-TO); Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP); Centro de Educação e Assessoria Popular (Ceap-RO); Fundação Viver Produzir e Preservar; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

Nordeste
Associação Alternativa Terrazul; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro Josué Castro; Coletivo Leila Diniz; Esplar-Centro de Pesquisa e Assessoria; Floresta Viva; Fórum Bahia Azul; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará; Fundação Águas (Funaguas); Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá); Instituto Terramar; Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (Saci).

Centro-Oeste
Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecom-DF); Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (Formads); Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Instituto Brasil Central (Ibrace); Rede Pantanal; Sindicato dos Economistas do Distrito Federal (Sindecon-DF).

Sudeste
Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (AGDS); Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG); Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ); Instituto Ambiental Vidágua; Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (Ierj); Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ).

Sul
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp); Centro de Estudos Ambientais do RS (CEA/RS); Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro-UFSC); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves (STICM).

Nacional e Internacional
Ação Educativa; Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme); Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT); Associação Brasileira de ONGs (Abong); Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia); Associação para Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (Attac-Brasil); Care Brasil; Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese); Coalizão Rios Vivos; Confederação Nacional dos Bancários (CNB); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Beneficiamento de Cereais e Indústrias do Meio Rural (Contac); Conselho Federal de Economia (Cofecon); Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); Ecologia e Ação (Ecoa); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Federação Interestadual de Sindicatos e Engenheiros (Fisenge); Federação Nacional dos Urbanitários (FNU); Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms); Fórum Brasileiro de Orçamento (FBO); Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac); Fundação SOS - Mata Atlântica; Greenpeace; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (Ibiss); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc); Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Instituto Ipanema de Pesquisa Avançada em Economia e Meio Ambiente; Instituto Pólis; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); Instituto Socioambiental (ISA); Internacional de Serviço Público (ISP Brasil); Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); Núcleo Amigos da Terra (NAT-Brasil); Núcleo de Estudos Sobre a Sociedade Contemporânea (NESC-UEL); Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica; Ser Mulher - Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural; Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sódireitos); Terrae Organização da Sociedade Civil; Visão Mundial; Vitae Civilis – Instituto Para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz

Amazônia
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Fórum da Amazônia Oriental (Faor); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama)

Coordenação Nacional
Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins (APA-TO) – *Paulo Rogério Gonçalves*
Centro de Cultura Luiz Freire – *Maria Elizabete Ramos* e *Ana Nery Melo*
Centro de Educação e Assessoria Popular (Ceap-RO) - *Emanuel Meirelles*
Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria – *Magnólia Said* e *Marcus Vinícius Oliveira*
Fórum da Amazônia Oriental (Faor) – *Guilherme Carvalho*
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) – *Luciana Badin*
Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) – *Ricardo Verdum* e *Iara Pietricovsky*
Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul (Pacs) - *Alessandro Biazzi*
Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) – *Ricardo Montagner* e *Ivanei Dalla Costa*

Secretaria Executiva
Secretário Executivo – *Gabriel Strautman*
Assessora de Comunicação – *Patrícia Bonilha*

A notícia que a gente queria ouvir:

Foi criada a CPI da Dívida Pública

Uma grande vitória para as organizações da sociedade civil que defendem que a dívida pública (externa e interna) é uma dívida ilegítima e já paga inúmeras vezes

No dia 8 de dezembro de 2008 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública. Com previsão de iniciar suas atividades ainda no primeiro semestre de 2009, essa CPI tem como objetivo "investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País".

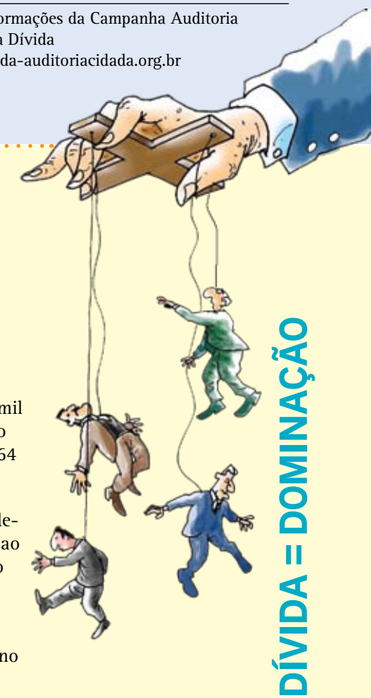
A CPI é resultado da iniciativa do deputado federal Ivan Valente (PSOL) que, em fevereiro de 2008, apresentou o requerimento de criação da mesma. Na sua justificativa, ele afirma que "Apenas de janeiro de 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, até agora, o Brasil destinou mais de R$ 851 bilhões somente para o pagamento de juros nominais da dívida pública (interna e externa)... Esta escolha é o maior crime que se perpetra contra a população excluída, e quem ganha são os bancos e a especulação financeira".

Ainda não se trata do Art. 26 das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê a auditoria da dívida. No entanto, a criação da CPI já representa um importante avanço, na medida em que seus integrantes terão poderes suficientes para investigar a fundo o processo de endividamento.

Será preciso organizar ações de pressão popular em todo o Brasil, como uma ampla mobilização nos estados e municípios, para que o trabalho dos parlamentares possa ser acompanhado de perto.

Com a criação da CPI da dívida, o Brasil segue o exemplo de países como o Equador e o Paraguai, que já avançam em processos de auditorias de suas dívidas públicas. Na avaliação de muitos movimentos e organizações sociais, é fundamental acabar com esse instrumento de dominação política que representa o endividamento e comprovar, através das auditorias, que os povos do Sul são os verdadeiros credores.

*Com informações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida
www.divida-auditoriacidada.org.br



Números inquietantes (pra não dizer assombrosos...)

46,5% dos recursos previstos no Projeto de Lei do Orçamento da União para 2008 foram destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento dos juros da dívida pública. Este valor representa um montante de **R$ 559 bilhões de reais.**

R$ 559 bilhões representa:

- A construção de **55,9 milhões de casas populares** (de alvenaria, com 40 a 50 m2, gastando R$ 10 mil em cada uma, ou seja, o dobro do valor do método elaborado pela COPPE/UFRJ, que tem custo unitário de R$ 5 mil). Isso é **7 vezes mais** que todo o **déficit habitacional brasileiro** que, em 2006, era de 7,964 milhões de residências, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV);

- **10 vezes o valor** que o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) arrecadou com os impostos federais, estaduais e municipais em todo o território nacional **pra investir na educação básica** (da creche ao ensino médio) **no País em 2008**; sendo que do montante de quase R$ 50 bilhões do Fundeb, o governo federal contribuiu com apenas R$ 3 bilhões;

- Seria possível **assentar 18,6 milhões de famílias sem-terra** (custo aproximado de R$ 30 mil por família). Mesmo com um custo mais alto de R$ 180 mil, como foi o caso do assentamento de Aliança, no município de Linhares, no Espírito Santo, daria para assentar 3 milhões e 105 mil famílias;

- Representa mais de **12 vezes todo o investimento** que o governo federal fez no ano **de 2008 na área da saúde**, que foi de R$ 44,4 bilhões;

- Seria possível gerar em torno de **55,9 milhões de empregos** na agricultura (R$ 10 mil por pessoa).